



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 141453 - PR (2021/0013452-0)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
RECORRENTE : JOSE DONIZETTE DA SILVA (PRESO)
ADVOGADO : MATHEUS VITOR POMPEU SANTANA - PR103134
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por JOSE DONIZETTE DA SILVA contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ (HC n. 0070072-93.2020.8.16.0000).

O recorrente foi preso preventivamente para a garantia da ordem pública, pela suposta prática do delito tipificado no art. 33, *caput*, da Lei n. 311343/2006.

Sustenta a existência de constrangimento ilegal, consubstanciado na ausência de demonstração da necessidade concreta e idônea da segregação cautelar, limitando-se o magistrado a fundamentar o decreto de maneira genérica.

Alega que não teria havido situação de flagrante delito apta a autorizar a entrada da autoridade policial em seu domicílio.

Ressalta suas condições pessoais favoráveis, destacando que faria jus à substituição da prisão por cautelares mais brandas.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, da leitura do acórdão impugnado verifica-se que foram declinados os fundamentos para a manutenção da prisão preventiva do paciente, deles não se extraindo os traços de ilegalidade manifesta necessários para o deferimento da cautela requerida, consoante se extrai da seguinte passagem (e-STJ fl. 211-215):

[...]

Com efeito, se vê dos documentos que instruem o presente writ, que estão evidentemente demonstrados os requisitos para a prisão da preventiva. Aliás, também não é o caso de deferir o pedido de liberdade provisória, com ou sem fiança, bem como qualquer medida cautelar diversa da prisão.

Muito embora o impetrante tenha apresentados seus argumentos, certo é que da análise sobre a decisão, extrai-se que o decreto preventivo está fundamentado adequadamente, diante da natureza do crime, em tese, praticado e das circunstâncias que ocasionaram a prisão do paciente.

Vale ressaltar o conteúdo das informações prestadas pela apontada autoridade coatora:

“[...] Nesse sentido, a forma como se deu

a ação demonstra a periculosidade do agente, e enseja, ainda, fundado receio que, caso restituída sua liberdade, novos delitos dessa natureza possam ocorrer, visto que não demonstrou qualquer receio em cometer o delito, ademais os objetos apreendidos demonstram a grande gravidade da conduta e periculosidade do agente.

Por tudo isso fica evidenciada a periculosidade do agente, cuja segregação constitui medida imprescindível ao resguardo da paz social, daí porque inexorável a necessidade de acautelamento da ordem pública.

Saliente-se que o delito, em tese, praticado tem particular repercussão, com reflexos negativos na vida de muitas pessoas desta comunidade, propiciando àqueles que tomaram conhecimento da sua realização um forte sentimento de impunidade e de insegurança. Vale registrar que o conceito de ordem pública visa não só prevenir a reprodução de fatos criminosos, mas acautelar o meio social, em face da gravidade em concreto do crime e de sua repercussão.

Ademais, o autuado é reincidente, o que demonstra ainda mais sua periculosidade, e, caso seja posto em liberdade, provavelmente voltará a delinquir, como vem ocorrendo.

Importante registrar que a prisão preventiva, quando decretada para assegurar a ordem pública, não viola o princípio do estado de inocência, porquanto em contrapartida aos interesses constitucionalmente assegurados aos acusados existem outros igualmente relevantes e tutelados pela Constituição da República, como a segurança pública, que, diante do conflito concreto de valores, deve exercer preponderância sobre aquele primeiro princípio. [...]”.

Além disso, observa-se que a instrução criminal se encontra recente e encontra amparo na necessidade de garanti-la, em plena consonância com os ditames estabelecidos pela legislação processual penal.

Assim, em que pesem as alegações do impetrante de que a paciente possui residência fixa e ocupação lícita, sabe-se que basta que o acusado se enquadre em uma das hipóteses previstas no artigo 312 do Código de Processo Penal para que seja decretada sua prisão preventiva.

Vale ressaltar que está presente hipótese

autorizadora da prisão preventiva do artigo 312 do Código de Processo Penal, qual seja, a necessidade de se assegurar a garantia da ordem pública, não sendo cabível a substituição da prisão preventiva por medidas cautelares diversas da prisão.

[...]

No caso, a manutenção da decisão que decretou a prisão preventiva é necessária para assegurar a ordem pública, bem como pelo empregado Insta salientar que a autoria do delito está, em tese, caracterizada, pois há indícios mínimo da autoria, que recai sobre a paciente.

Assim, diante dos elementos apresentados nos autos, não se vislumbra o constrangimento ilegal apontado, restando suficientemente justificada a manutenção da prisão preventiva da paciente para a garantia da ordem pública, conforme consta na decisão acima transcrita, diante do preenchimento dos requisitos para a prisão preventiva previstos no artigo 312 do Código de Processo Penal."

Além disso, considerando que o pedido confunde-se com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, **indefiro** o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência